

Editorial

A realidade educativa não pode ser verdadeiramente compreendida através de relações numéricas “frias”, decorrentes de simples aplicações técnicas, abolindo-se o tempo e fazendo-se uma abstração do pulsar da vida. Nada do que é humano se reduz à “pureza” dos números, nada é desinteressado, indiferente, acabado, sem “alma”... A realidade social, e a educação em particular, não se move por uma força cega, inocente, tal como acontece no movimento dos planetas, pois, tem um sentido humano, uma consciência histórica. Ao contrário do estudo da natureza, onde predomina uma hemorragia quantitativa e se procuram mensurações “objectivas”, uma linguagem sem sujeito, na realidade educativa não se pode silenciar a vontade de valor, os estados intencionais, o bem e o mal, etc. Os apóstolos da “razão pura” esquecem-se que vivemos no mundo da cultura, o que quer dizer, no mundo dos significados, no mundo das qualidades, no desabafo da potência de existir. A procura do sentido para o que fazemos tem necessariamente que ser encontrada no mundo do sistema simbólico da cultura. Serve para dizer que o mundo educativo não é um vazio de significados, comporta qualidades diferentes em função do espaço e do tempo, da dimensão histórica dos fenómenos sociais. Muitos temem que este entendimento da realidade fora da medição matemática possa corromper o conhecimento objectivo da realidade e distorça a imagem da certeza. Mas, esta suposta realidade não existe. É enganador pensar que conseguimos investigar a realidade educativa negligenciando ou apagando as tonalidades qualitativas que o fazer humano comporta. É preciso entender essa linguagem “qualitativa” para percebermos o que a realidade está falando. Por isso, precisamos igualmente de uma “linguagem” (metodologia qualitativa) que seja capaz de decifrar as diferentes qualidades que a realidade tem para nos dizer.

A ciência deve pretender sempre aumentar e não restringir o seu campo de visão. Por consequência, precisamos de mudar de lugar de onde o investigador pensa a educação. A abordagem qualitativa em educação pode dar um contributo inestimável na investigação e compreensão da realidade educativa. Como disse S. Bernardo (Sermão LXXIX), “tal como é impossível compreender um discurso grego ou latino se não se sabe grego ou latim, assim, para o que não ama, o amor é uma língua bárbara.” Ora, para que a abordagem qualitativa não se torne uma “língua bárbara” para a investigação em educação, precisamos de compreender o real valor da abordagem qualitativa. É necessário não anular, desvalorizar, ridicularizar a abordagem qualitativa na investigação científica. Parafraseando Kuhn (1989, p.276), diremos que é necessário manter e alimentar esta tensão entre o quantitativo e o qualitativo. O avanço no conhecimento científico faz-se não só na convergência (mesmidade) mas também na divergência. É tão importante a convergência como a divergência. E a abordagem qualitativa, este modo particular de pensamento, pode dar a divergência que a investigação carece. Neste sentido, a RLE retoma esta questão convidando os leitores para a análise e discussão da ‘Investigação Qualitativa: Diferentes abordagens em Educação’, dossiê sabiamente organizado por António Pedro Costa, Fábio Freitas & Mercedes González Sanmamed.

Abrimos com o artigo de Adriana Almeida Sales de Melo intitulado *Desenvolvendo competências e habilidades para o trabalhador do futuro: caminhos do Banco Mundial e da OCDE*. A autora, tendo como tema geral a formação humana para o trabalho como uma preocupação central das ciências da educação, investiga os documentos atuais produzidos pelo Banco Mundial (BM) e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Para tais organismos internacionais, a construção de um projeto de sociedade e de educação deve estar fundamentado principalmente na condução dos jovens para o futuro, com ênfase tanto nas competências, habilidades e valores da aprendizagem, quanto no conhecimento que se constrói nos ambientes educativos. Tais elementos seriam necessários tanto para sua adaptação a um mercado de trabalho futuro pleno de incertezas, quanto para uma melhor convivência global. Tem como objetivos a análise dos Relatórios de Desenvolvimento Mundial do BM, assim como dos documentos da OCDE ‘Tendências Transformando a Educação’ e ‘O futuro da educação e das habilidades’. Procedendo a uma abordagem histórico-crítica, conclui que estas instituições vão construindo novas narrativas, utilizando-se para isso da construção de novos significados para o conceito de competências, conhecimento, habilidades e valores a serem construídos para que as novas gerações possam se adaptar melhor ao mundo do trabalho.

O segundo artigo é da autoria de Joviles Vitório Trevisol e Jaques Antonio de Toledo e denomina-se *A educação superior a distância no Brasil: regulação e políticas de expansão (1998-2018)*. Os autores apresentam os resultados de uma pesquisa sobre as

políticas e as dinâmicas da educação superior a distância (EaD) no Brasil nos últimos 20 anos (1998-2018). A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma extensa pesquisa bibliográfica e documental, além do levantamento e análise dos dados disponibilizados pelo INEP/MEC. Analisaram os principais marcos regulatórios da EaD no Brasil e sistematizaram os dados quantitativos disponíveis na base de dados do INEP. Os dados, que foram organizados em inúmeras categorias de análise, evidenciam, entre outros aspectos, o crescimento das instituições, cursos e matrículas de EaD, sobretudo a partir de 2005. Enquanto as matrículas presenciais de graduação cresceram 43,5% entre 2005 e 2018, a modalidade EaD cresceu 1.693%. Um em cada quatro estudantes está matriculado na EaD.

O terceiro artigo, da autoria de Sílvia Monteiro e Leandro Almeida, tem por título *Employability of Higher Education Graduates: Reflections and Pedagogical Implications*. Os autores consideram que as mudanças, ocorridas no ensino superior e no mercado de trabalho ao longo dos últimos anos, remetem para a necessidade de uma reflexão aprofundada acerca dos paradigmas educativos que hoje prevalecem e da sua adequação face às exigências sociais que se colocam. Um dos tópicos que ganha particular relevância relaciona-se com as taxas de emprego dos graduados, e que representa um critério atual utilizado para avaliar a qualidade das instituições e cursos de ensino superior. Os autores colocam como objectivo apresentar uma reflexão sobre o conhecimento atual em torno do tema da empregabilidade, integrando diferentes trabalhos e linhas empíricas desenvolvidas ao longo dos últimos anos, organizada em quatro premissas: (i) o risco da “priorização avulsa” das competências técnicas; (ii) as competências de gestão de carreira como catalisadoras da empregabilidade; (iii) os graduados e o potencial transformador das organizações; (iv) a implausibilidade de modelos únicos na promoção da empregabilidade. Concluem dizendo que a educação dos futuros licenciados não se deve limitar ao presente. As práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem devem promover a construção contínua de conhecimentos e competências, experiência prática e estágios em organizações com diferentes estruturas dentro da comunidade.

O quarto artigo, da autoria de Raquel Fernández, Eva Cerqueiras, Beatriz Anterlo e Lorena Casal-Otero, denomina-se *La Covid-19 y la actividad académica no presencial: percepción de los estudiantes de formación profesional de Galicia-España*. O COVID-19, que forçou o fechamento das escolas e a suspensão da atividade académica presencial, gerou um novo cenário de ensino-aprendizagem, e centros escolares, professores, alunos e famílias tiveram que responder a esta situação, sem tempo para o planeamento. O objetivo do trabalho é conhecer a percepção dos alunos de Formação Profissional (FP) da Galiza sobre o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem durante esse período. Para tal, foi elaborado e aplicado um questionário *ad hoc* a 505 alunos das séries superior e média. O estudo destaca a disparidade metodológica

no VET para continuar com o processo de ensino durante a suspensão da atividade académica presencial, bem como o papel relevante da educação presencial como eixo para a equidade e a redução das desigualdades.

O quinto artigo é de Isabel Sanches, Dulce Franco e Manuela Jacinto, cujo título é *O Educador Social no século XXI: percepções dos recém-licenciados de uma instituição de ensino superior privada em Portugal*. As autoras partem da seguinte questão: qual a situação profissional e a intervenção socioeducativa dos diplomados em Educação Social, em 2017/18 e 2018/19, numa Instituição de Ensino Superior (IES) privada em Portugal. Como objectivos do estudo destacaram: caracterizar a situação profissional dos diplomados e analisar a sua intervenção socioeducativa, após a conclusão do curso. Para isso foi construído, testado e aplicado um questionário, de questões abertas e fechadas. Procederam ao tratamento da informação, mediante os descritores: (i) caracterização dos participantes; (ii) motivações e expectativas; (iii) nível de satisfação académica; e (iv) oportunidades profissionais. Nas conclusões as autoras destacaram a importância da divulgação da formação de um perfil holístico do Educador Social (ES), sustentado por competências socioprofissionais e um saber pedagógico e social específico que se consolide como vetor de empregabilidade, em territórios e contextos diversificados, capazes de responder aos desafios da contemporaneidade.

Na secção Recensões, Pedro Abrantes analisa, criticamente, a obra *Entre a Escola e a Vida: A Condição do Jovem para Além do Ofício de Aluno*, organizada por Almeirindo Afonso e José Augusto Palhares sob a chancela da Fundação Manuel Leão. Os organizadores compilaram um conjunto significativo de textos de sociólogos portugueses, com abordagens teóricas e metodológicas diferenciadas, sobre a juventude no nosso país. A diversidade dos capítulos desta obra contribui para um olhar multifacetado e plural sobre a condição juvenil, na sociedade contemporânea, enfatizando-se a sua relação complexa com as dinâmicas inerentes aos sistemas de educação e formação formais e não-formais.

A obra *Interculturalidade e plurilinguismo nos discursos e práticas de educação e formação em contextos pós-coloniais de língua portuguesa*, editada por Maria Helena de Araújo e Sá e Carla Maciel, foi recenseada por Sílvia Melo-Pfeifer. Trata-se de um livro, publicado em 2021, pelas edições Peter Lang, que constitui um valioso contributo para os investigadores desta área do conhecimento pela perspectiva (geo)política linguística que integra vozes dos diferentes espaços de língua portuguesa em diversos cenários educativos (ensino de línguas primeiras, estrangeiras e segundas, da tradução, ensino bilingue, etc.). E também pelas abordagens plurais sobre a educação intercultural e plurilingue, com destaque para os contactos interlinguísticos e a diversidade endógena e exógena de cada contexto.

Ana Maria Haddad Baptista recenseia a obra *Cultura da Paz*, da autoria de Marco Lucchesi, publicada em 2020. Trata-se de um livro que espelha a erudição do seu

autor e as suas múltiplas facetas - poeta, romancista, tradutor, ensaísta, memorialista e docente universitário. Tem uma estrutura peculiar: está dividido, em blocos, por temáticas metafóricas, tendo cada bloco belas ilustrações. Emerge na discursividade textual uma verdadeira educação estética e política com um foco centrado num diálogo pacífico entre o Oriente e o Ocidente onde se cruzam diversas áreas do conhecimento.

No cumprimento de uma das rubricas da política editorial da *Revista Lusófona da Educação*, divulgam-se, neste número, alguns resumos de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutoramento defendidas no Instituto de Educação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Lisboa, junho de 2021

António Teodoro

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7819-0498>

José V. Brás

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0374-748X>

Maria Neves Gonçalves

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2531-4618>

